


As universidades norte-americanas e a ascensão de Trump pelos olhos dos professores | Entrevista com Jimena Perry

Jimena Perry*

Universidade Iona
Nova Rochelle, Nova Iorque, EUA

Entrevista realizada por e-mail em agosto de 2025, a partir do convite da professora Dr.^a **Tatyana de Amaral Maia** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) à professora Jimena Perry. Tradução do espanhol de **Alan Dutra Cardoso**.

- * Professora Assistente no Departamento de História da Universidade de Iona, Nova Iorque. Doutorado e Mestre em História pela Universidade do Texas em Austin; Mestra em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge, Reino Unido; graduada em Antropologia pela Universidade de Los Andes, Bogotá, Colômbia. Coordenadora do Projeto "Explorers", de la Federación Internacional de Historia Pública. E-mail: jperry@iona.edu
 <https://www.iona.edu/faculty/perry-jimena>

Revista Maracanan. Fale por favor de sua trajetória de estudos acadêmicos e como você relaciona a sua formação intelectual e a política contemporânea dos EUA.

Jimena Perry. Em primeiro lugar, agradeço profundamente a oportunidade de refletir sobre o tenso clima político que se vive atualmente nos Estados Unidos desde que Donald Trump assumiu a presidência pela segunda vez. Em um contexto em que as liberdades e os direitos daqueles que discordam se encontram ameaçados, dispor de espaços para se expressar se torna não apenas necessário, mas urgente.

Minha formação acadêmica teve início no curso de Antropologia da Universidad de los Andes, em Bogotá. Realizei, posteriormente, um *MPhil* em Antropologia Social na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e obtive o doutorado em História na Universidade do Texas, em Austin. Ao longo da minha trajetória profissional, tenho me dedicado a investigar os museus como espaços profundamente políticos, onde se constroem e se negociam representações da diversidade cultural. Interessa-me compreender como são tomadas as decisões curatoriais e quais implicações têm para as formas de transmissão e questionamento do passado. Esse campo de trabalho me levou a atuar como curadora, editora, pesquisadora e docente. Considero que a combinação entre história e antropologia me permite abordar fenômenos sociais a partir de múltiplas perspectivas, algo essencial em um mundo tão complexo como o atual.

Desde 2021, sou professora no Departamento de História da Iona University, em Nova York. Fui contratada em um contexto de esforço institucional para desenvolver os Estudos Latino-Americanos, aprovada oficialmente no outono de 2025. Esse projeto também responde ao compromisso da universidade com a diversidade e a inclusão, dado que mais de 30% de seu corpo discente é formado por estudantes latinos ou de origem latino-americana. Em minhas aulas, abordamos temas como migração, racismo, movimentos sociais, direitos das mulheres, infância, comunidades afrodescendentes, povos indígenas e dissidências sexuais e de gênero. Essas discussões, conduzidas a partir de uma perspectiva crítica e histórica, têm sido muito bem recebidas por parte dos estudantes.

No que diz respeito à situação política atual, devo dizer que tanto eu quanto vários colegas compartilhamos uma profunda preocupação. Embora as autoridades universitárias tenham reiterado seu apoio ao nosso trabalho, também nos sugeriram cautela em relação a certos termos, como “diversidade”, “justiça social” ou “direitos humanos”. Até o momento, pude continuar ensinando de acordo com minhas convicções e valores, e nos foram apresentadas alternativas que nos permitem manter um compromisso ético com nossos conteúdos.

Entretanto, no plano pessoal, o panorama me inquieta. Caso chegue o momento em

que não possa falar criticamente sobre problemáticas estruturais como racismo, discriminação ou supremacia branca, eu seria obrigada a modificar completamente minhas ferramentas didáticas: livros, documentos e fontes históricas que dão voz àqueles que foram sistematicamente silenciados. Essa transformação significaria renunciar a uma prática acadêmica comprometida com a justiça e a equidade. Até agora, não precisei fazê-lo, mas sei de colegas, em outras instituições, que foram demitidos ou optaram por deixar o país.

Neste momento, mais do que nunca, é necessário agir com firmeza, sem ceder a pressões que enfraquecem princípios fundamentais. As ameaças atuais não são somente administrativas ou acadêmicas: são eticamente inaceitáveis, perigosas e, em muitos casos, abertamente racistas e excludentes.

Revista Maracanan. O governo Donald Trump fez uma série de ações intervencionistas nas universidades americanas; dentre as mais conhecidas pode-se citar as ocorridas em Columbia e em Harvard. Em torno de 15 de abril deste ano, Trump congelou em torno de US\$2 bilhões de Harvard. Além disso, ameaçou retirar as isenções fiscais de Harvard por considerar que as universidades de elite atuam a favor de terroristas e contra o interesse público. Segundo a carta enviada para Harvard, e disponibilizada pelo *The New York Times*, a universidade não havia cumprido as “condições de direitos intelectuais e civis”. E hoje, dia 30 de junho de 2025, a Casa Branca considerou que Harvard violou leis dos direitos Civis, conforme noticiado pelo *The New York Times*. Como você percebe as ações de Trump e o simbolismo no ataque a essa universidade?

Jimena Perry. O ataque às universidades nos Estados Unidos é profundamente inquietante. Quando o governo de Donald Trump começou a prender estudantes, em março de 2025, por terem protestado contra Israel no ano anterior, já se intuía que algo grave estava por vir. No entanto, poucos imaginaram a magnitude do que estava por vir. Como professora, sempre concebi a universidade como um espaço fundamental para a crítica, o debate e o aprendizado. É justamente esse exercício que confere sentido à nossa prática docente. Por isso, testemunhar o enfraquecimento desses princípios é não apenas alarmante, mas também profundamente doloroso.

A mensagem simbólica é contundente: a história oficial dos Estados Unidos deve ser definida pelo Estado, e aqueles que apresentarem visões alternativas serão considerados traidores e punidos, conseqüentemente. Essa lógica é essencialmente fascista. O historiador argentino Federico Finchelstein, ao analisar o fascismo no contexto da Segunda Guerra Mundial, explicou que tal ideologia privilegiava a intuição em detrimento da reflexão crítica, propunha uma transformação civilizatória global e se apresentava como alternativa ao que percebia como a “barbárie liberal”. Para os fascistas, as tradições nacionais eram expressões

da alma coletiva e autêntica do povo, em oposição à artificialidade do pensamento liberal.¹ Diante desse panorama, urge investigar como chegamos até aqui. Como permitimos que ideologias tão perigosas voltassem a ocupar um lugar central no discurso público? É evidente que nunca desapareceram totalmente e que sempre contaram com simpatizantes. Contudo, enfrentamos hoje uma nova forma de fascismo: renovada, sofisticada, estruturada e profundamente nociva. Compreendê-la exige um olhar aberto e crítico, que reconheça as continuidades com o passado sem incorrer em reducionismos.

O ataque sistemático às universidades transmite uma advertência clara: seguindo a lógica de “quem não está comigo está contra mim”, aqueles que ousarem a questionar a versão oficial enfrentarão graves consequências. Essa política ataca liberdades fundamentais e contradiz os princípios de uma república democrática constitucional. Por trás dessas medidas se encontra um medo profundo em relação à diferença. Se as vozes historicamente marginalizadas ganham visibilidade, os responsáveis pelos abusos deverão prestar contas. Na lógica do trumpismo, isso significa abalar privilégios, assumir responsabilidades e enfrentar reparações. Nesse contexto, o único pensamento válido parece ser o de um homem branco, rico, misógino e racista, que busca consolidar um império no qual sua palavra seja incontestável.

Os efeitos já são visíveis: alguns estudantes foram sancionados e tiveram seus diplomas retidos por exercerem seu direito de protestar; deportações arbitrárias se tornaram práticas recorrentes; e a criação do centro de detenção conhecido como “Alligator Alcatraz” – localizado no antigo aeródromo Dade Collier, nos Everglades, Flórida, construído em apenas oito dias e com capacidade para cinco mil pessoas – evidencia a completa ausência de espaços para diálogo, o conhecimento crítico e deliberação pública. Nesse clima, a universidade enquanto lugar de pensamento livre está sob assédio.

Revista Maracanan. Diferente do que aconteceu na universidade de Columbia, Harvard se tornou a primeira universidade dos EUA a rejeitar as exigências do governo, em 14 de abril de 2025, acusando a Casa Branca de tentar “controlar” a comunidade universitária. Qual a sua opinião sobre o protagonismo de Harvard na luta contra os desmandos de Donald Trump, ao ter se recusado a aceitar de modo imediato a intervenção do atual presidente dos EUA?

Jimena Perry. Devo reconhecer que apoio firmemente a postura que a Universidade de Harvard adotou diante dos recentes ataques do governo federal, embora eu não possa negar que essa atitude me surpreendeu. A lembrança do escândalo de 2019, quando Lorgia García

1 Federico Finchelstein. *Breve historia de la mentira fascista*. Spanish Ed. Buenos Aires: Penguin Random House; Grupo Editorial Argentina, 2021, pos. 40. [Kindle edition].

Peña – acadêmica dominicano-estadunidense e única afro-latino-latina em vias de obter *tenure* em sua divisão –, foi negada, apesar de possuir inúmeros reconhecimentos e sólido respaldo acadêmico, ainda pesa. Aquele episódio gerou indignação generalizada: mais de cinco mil assinaturas em uma carta aberta, centenas de acadêmicos manifestando apoio e um simpósio de oito horas que trouxe à tona o lugar dos estudos étnicos dentro da instituição. Embora uma comissão interna tenha identificado sinais claros de discriminação estrutural, Harvard optou por não reabrir o caso. García Peña apresentou uma queixa perante a Comissão de Discriminação de Massachusetts e, posteriormente, foi contratada com *tenure* pela Tufts University, em 2021. Esse momento deixou uma marca profunda na reputação da universidade. Por isso, embora a reação atual de Harvard diante das ameaças do governo Trump seja admirável, ela também convida a uma reflexão crítica sobre sua evolução institucional.

É importante considerar que Harvard é uma universidade privada com uma rede de doadores extremamente poderosa e influente. Esse fator, sem dúvida, incide em sua capacidade de resposta: pode resistir a pressões externas de maneira muito mais eficaz do que uma universidade pública. Utilizar esse privilégio para defender não apenas os direitos de sua comunidade, mas também os princípios democráticos do país, é digno de reconhecimento. A administração Trump congelou cerca de três bilhões de dólares em subsídios e contratos federais e ameaçou eliminar outros setecentos milhões destinados à pesquisa, acusando a universidade de não ter abordado de maneira adequada as denúncias de antissemitismo no campus. Em junho de 2025, o governo emitiu uma notificação formal por suposta violação do Título VI da Lei dos Direitos Civis, advertindo sobre a possível suspensão total dos fundos federais, incluindo os auxílios estudantis.

Em uma ofensiva sem precedentes contra sua autonomia acadêmica, o governo também moveu ações legais contra Harvard e o Departamento de Segurança Nacional emitiu intimações para acessar os registros de estudantes internacionais. Além disso, o Departamento de Educação, em conjunto com o Conselho de Acreditação, pressionou pela revogação do status oficial da universidade caso ela não alterasse seu tratamento a estudantes israelenses e judeus. O certificado SEVP foi temporariamente suspenso, o que bloqueou novas admissões de estudantes estrangeiros. Harvard conseguiu reverter essa medida mediante uma ordem judicial de emergência.

Diante desses embates, a universidade não permaneceu passiva. Iniciou ações legais contra o governo, mobilizou seus fundos de reserva e recorreu a empréstimos no valor de 750 milhões de dólares, além de destinar outros 250 milhões para garantir a continuidade das operações institucionais. Embora algumas doações tenham diminuído, especialmente de determinados setores judaicos, decorrentes do conflito em Gaza, Harvard manteve uma posição firme. Uma decisão judicial permitiu suspender temporariamente a restrição ao programa de estudantes internacionais. Além disso, cerca de doze mil ex-alunos assinaram um

amicus brief em apoio à universidade, e outras instituições como Princeton, Yale e Columbia também manifestaram solidariedade. Diversos analistas alertam que, caso Harvard não prevaleça nos tribunais, o impacto negativo sobre a educação superior nos Estados Unidos poderá ser irreversível.

Apesar das críticas que em seu momento formulei sobre a maneira como foi conduzido o caso de Lorgia García Peña, reconheço que Harvard se transformou em um referencial chave de resistência diante dos ataques autoritários. Sempre que escuto o reitor Alan Garber, impressiona-me seu compromisso com os estudantes, com a liberdade acadêmica e com a defesa do pensamento crítico. Ele não cedeu à pressão e continua respondendo com firmeza. Até o momento, Harvard é a única universidade a sustentar uma oposição clara e consistente, e considero que outras instituições privadas deveriam seguir seu exemplo e unir-se na defesa da democracia, da autonomia universitária e dos direitos fundamentais.

Revista Maracanan. Como você percebe o impacto das ações do governo Trump na universidade na qual você leciona e pesquisa após as ameaças de intervenções governamentais em duas das maiores universidades norte-americanas (Columbia e Harvard)? Houve mudança no ambiente entre os professores? Os alunos estrangeiros têm se sentido constrangidos? O ambiente nas aulas e no campus sofreu alterações profundas?

Jimena Perry. Como mencionei anteriormente, em meio a esse ambiente tão carregado, considero-me afortunada. Trabalho em uma universidade privada, católica e pequena, o que, de certo modo, nos permite permanecer à margem do escrutínio geral. Embora eu saiba que não é ideal “passar despercebidos”, nas circunstâncias atuais isso nos ajuda a manter certa tranquilidade. Há alguns meses, a direção da minha universidade enviou um comunicado indicando que deveríamos evitar o uso de termos como “diversidade”, “justiça” ou “direitos humanos” em sala de aula. Houve reuniões, estabeleceram-se acordos, mas, curiosamente, na semana seguinte fomos informados de que essa restrição havia sido suspensa e que poderíamos prosseguir com nossas aulas normalmente. Ainda assim, nos pediram que evitássemos confrontos com os estudantes e que fôssemos cautelosos com nossas palavras. Esse vai-e-vem gerou confusão, mas hoje o interpreto como parte de uma estratégia mais ampla: a produção deliberada de incerteza. Em meio ao caos, as direitas autoritárias encontram terreno fértil.

Apesar disso, sigo adiante. Em aula, abordo temas como racismo, memória histórica, direitos humanos, supremacia branca e as lutas de grupos marginalizados. Até agora, a universidade não interferiu nos conteúdos que ensino, ainda que eu me sinta apreensiva. Tenho optado por centrar mais as discussões nas fontes, limitar opiniões pessoais e manter um tom analítico. Essa precaução decorre do fato de que, embora isso não tenha acontecido em meus cursos, os estudantes se queixaram de que alguns professores criticaram Trump em

outros espaços. Inclusive, alguns pais telefonaram à instituição exigindo explicações sobre essas intervenções. É algo que ainda me custa acreditar. Também percebi diferentes reações entre meus colegas. Alguns optaram por evitar qualquer discussão política em aula, enquanto outros, como eu, seguem tratando dos temas com evidências e cuidado. Não podemos ignorar que vivemos em um país profundamente polarizado, e os estudantes, naturalmente, fazem perguntas. Quando o fazem, respondo com honestidade e, caso solicitem minha opinião, procuro compartilhá-la com clareza e responsabilidade.

De modo geral, os estudantes se mostram cautelosos, ainda que não indiferentes. No campus não há manifestações visíveis, mas os diretórios estudantis têm se constituído em importantes espaços de reflexão. Por exemplo, os estudantes latinos organizam encontros para se manter informados e outros grupos têm promovido atividades sobre os acontecimentos recentes, embora com pouca divulgação. Houve, inclusive, sessões para discutir como agir caso agentes de imigração apareçam no campus. Embora isso não tenha ocorrido, alguns docentes levantaram o tema, conscientes da necessidade de estarmos preparados. Felizmente, nossos estudantes ainda não relataram incidentes, mas em outras instituições, alguns jovens foram detidos e interrogados ao sair do campus. Trata-se de uma situação verdadeiramente alarmante.

No plano pessoal, acredito firmemente na necessidade de permanecermos unidos e de cuidarmos uns dos outros. O campus da Iona possui uma dinâmica particular: muitos estudantes trabalham ou passam longos períodos em deslocamento; e aqueles que vivem no campus geralmente estão ocupados. Isso, entre outros fatores, explica a baixa participação em protestos. A princípio, essa situação me preocupava e cheguei a interpretá-la como apatia. Contudo, ao conversar com colegas e com os próprios estudantes, compreendi que não se trata de falta de interesse, mas de uma forma distinta de expressar suas preocupações. Eles estão informados, participam das discussões em sala e encontram maneiras mais discretas de se envolver. Também notei que alguns estudantes estrangeiros se sentem desconfortáveis, mas, ao descobrirem que sou latina, tendem a estar mais à vontade. A diversidade no campus favorece a solidariedade, mas há também estudantes que simpatizam com posições racistas ou autoritárias. Isso faz com que muitos tenham cuidado em expressar o que pensam.

O clima é de ansiedade, de vigilância constante, mas também de resistência. Persistir é uma forma de oposição. Falar de história, questionar, debater, é mais necessário do que nunca. A história não é apenas uma cronologia de eventos; é um espaço de disputa e reflexão. Hoje, porém, o silêncio se impõe não apenas em minha universidade, mas em muitas outras. O temor de perder o emprego ou até mesmo de ser preso paralisa a muitos. Sinto que não há uma resposta simples para essa situação. O que estamos vivendo, fascismo, parecia superado e, no entanto, retornou com força. É profundamente desalentador constatar que a intolerância, o racismo, a violência, o machismo e uma ética autoritária voltaram a ser legitimados. A democracia, nesse cenário, parece uma ideia cada vez mais frágil. A grande pergunta – como

chegamos até aqui – deverá ser analisada por historiadores, humanistas e cientistas sociais durante muitos anos.